

IRPH

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Relatório de gestão 2025



PATRIMÔNIO CULTURAL
CARIOCA

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Eduardo Paes, prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
LICENCIAMENTO
Gustavo Guerrante, secretário

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
Laura Di Blasi, presidente

Coordenadoria de Estudos e Planos
Fabrício Iorio de Rezende, coordenador

Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural
Michelle Lima, coordenadora

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025
Editor: Rafael Koury

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH
Rua Gago Coutinho, 52 / 3º andar - Laranjeiras
Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.221-070

Telefone: +55 (21) 2088-1472 / 2088-1473
E-mail: gabinete.irph.smpu.rio@gmail.com

Site: irph.prefeitura.rio
Facebook: [irph.rio / patrimonioculturalcarioca](https://www.facebook.com/irph.rio/)
Instagram: [@riopatrimoniadahumanidade](https://www.instagram.com/riopatrimoniadahumanidade)

Apresentação

O INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH é o órgão executivo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural carioca através do inventário, cadastro, instrumentos de proteção, orientação técnica, fiscalização e ações de promoção e valorização.

O IRPH criado pelo Decreto 35.879/2012, ratificado pela Lei 5547/2012, recebeu essa nomenclatura quando a Cidade foi declarada patrimônio mundial pela UNESCO. No entanto, vale destacar que o órgão municipal de patrimônio cultural, o antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural - DGPC, existe na estrutura da Prefeitura desde o ano de 1986. Portanto, há 39 anos a municipalidade cuida do patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

O patrimônio cultural carioca é transversal, abrange o território, a natureza e a geografia, o ambiente construído, a cultura de naturezas material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, temos interface com diversas pastas municipais – como Urbanismo, Cultura, Habitação, Obras, Infraestrutura, Conservação, Educação, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Turismo, dentre outras, e com os demais órgãos de patrimônio nas esferas estadual e federal.

É nossa atribuição analisar e autorizar intervenções físicas em bens culturais móveis, áreas urbanas e bens imóveis reconhecidos como de importância cultural e também somos responsáveis por manter atualizado banco de dados sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial. Essa atuação passa pelos setores técnicos do Instituto, composto por duas Coordenadorias e pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

Participamos da gestão dos sítios declarados pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Atualmente, três Sítios constam dessa lista: "Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar" (2012), o "Sítio Arqueológico do Cais do Valongo" (2018) e o "Sítio Roberto Burle Marx" (2021).

Também está sob nossa responsabilidade o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana do Rio de Janeiro - LAAU-RJ – um laboratório e sua reserva técnica, destinado às pesquisas, análises, conservação e extroversão do material arqueológico, aproximadamente 1 milhão e 300 peças, proveniente das obras de requalificação do Porto Maravilha, cuja salvaguarda é da municipalidade e atribuída ao IRPH. O espaço, que funciona do Galpão Docas André Rebouças, é um centro de estudos e debates para arqueólogos e pesquisadores da arqueologia carioca.

O IRPH está estruturado com duas linhas de atuação: o Inventário, Proteção e Promoção, realizado através da Coordenadoria de Estudos e Planos - CEP e a Conservação e Monitoramento do patrimônio cultural, atribuição da Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC.

Laura Di Blasi

Servidora pública desde 1992, lotada há 33 anos no órgão municipal de patrimônio cultural e presidente do IRPH na gestão 2021-2025

O SECRETÁRIO



Gustavo Guerrante
Secretário (2025-2026)

A EQUIPE IRPH



Laura Di Blasi,
presidente



Michelle Silva Lima,
coordenadora,
Coordernadoria de
Conservação do Patrimônio
Cultural



Fabrício Iorio Rezende,
coordenador,
Coordenadoria de Estudos
e Planos



Isis Domingues Claro,
gerente, 1º ET (Centro)



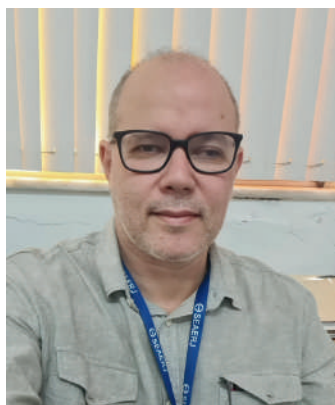
Daniele de Araújo Santos
Branco, gerente
2º ET (Zona Norte / Oeste)



Mariana Strauch Arruda,
gerente
3º ET (Zona Sul)



Denise de Souza Slutzky,
gerente,
Gerência de Projetos em
Bens Tombados



Felipe Cristiano Reigada,
gerente
Gerência de Monitoramento
de obras em Bens Tombados



Juliana Maria Jabor Santos
Faria, gerente
Gerência de Projetos em
Espaços Urbanos Protegidos,



Rafael Ramos Koury,
gerente
Centro Carioca de
Patrimônio e Design



Juliana Oakim Bandeira de
Mello, gerente
Gerência de cadastro e
Pesquisa



Paula Merlino Machado,
gerente,
Escritório Técnico da
Paisagem Cultural



Helder de Magalhães
Viana, gerente de
Arqueologia

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Laura Di Blasi, presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Vera Regina Flores Teixeira, chefe de gabinete

Rosane Gonçalves de Oliveira, assistente

Vera Pais, apoio administrativo

Gabriel Lopes Rheingantz

Natalia Tadros Barroso

Ariele Seixas

COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Michelle Silva Lima, coordenadora

Aline Soares Cordeiro Canto, assessora

1º ESCRITÓRIO TÉCNICO (CENTRO)

Isis Domingues Claro, gerente

Ernesto Carneiro Leão Neto

Stanys de Almeida

2º ESCRITÓRIO TÉCNICO (ZONA NORTE / OESTE)

Daniele de Araújo Santos Branco, gerente

Silvia Antunes Lima

3º ESCRITÓRIO TÉCNICO (ZONA SUL)

Mariana Strauch Arruda, gerente

Heloísa Ribeiro de Mazza Cerqueira

Jefferson da Costa Lima

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA PAISAGEM CULTURAL

Paula Merlino Machado, gerente

Lie Kobayashi

Mariana Gross

Leonardo Viana

Ivana Gomes de Emery

GERÊNCIA DE PROJETOS EM BENS TOMBADOS

Denise de Souza Slutzky, gerente

Antonio Cassiano da Silva de Souza

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DE OBRAS EM BENS TOMBADOS

Felipe Cristiano Reigada, gerente

John Dalton Hardinge Bailey de Amorim

Leonardo Barrese Bigli

Marcelo Laranjeira de Oliveira

COORDENADORIA DE ESTUDOS E PLANOS

Fabício Iorio Resende, coordenador

Jeanice de Freitas Magina, assessora

GERÊNCIA DE CADASTRO E PESQUISA

Juliana Oakim Bandeira de Mello, gerente

Juliano Tomich Pimentel

Lucia Helena dos Santos Torres

Henrique Costa Fonseca

GERÊNCIA DE PROJETOS EM ESPAÇOS URBANOS PROTEGIDOS

Juliana Maria Jabor Santos Faria, gerente

Washington Gonçalves Filho

GERÊNCIA DE ARQUEOLOGIA

Helder de Magalhães Viana, gerente

Luiz Paulo Leal de Oliveira

CENTRO CARIOCA DE PATRIMÔNIO E DESIGN

Rafael Ramos Koury, gerente

Flávia Abranches

SUMÁRIO

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE	10
• Breve histórico	10
• Competências e atribuições	11
• Coordenadoria de Estudos e Planos - CEP	12
• Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC	14
• Organograma	18
• Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC	19
PATRIMÔNIO MUNDIAL	20
• Paisagens cariocas entre a montanha e o mar	20
• Sítio Roberto Burle Marx	21
• Sítio Arqueológico Cais do Valongo	22
ESCRITÓRIO TÉCNICO DA PAISAGEM CULTURAL	23
• Participação do ETPC em Comitês, Conselhos, Grupos de Trabalho	24
• ETPC em Números	24
GERÊNCIA ARQUEOLOGIA	25
• Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU)	27
• Exposição “Cartografias do Cotidiano”	30
PATRIMÔNIO MATERIAL	31
• Estudos para proteção de bens materiais	31
• Estudo para inclusão de imóveis em áreas protegidas	33
LICENCIAMENTOS E ORIENTAÇÕES	34
• Edifício Mesbla	34
• Mercadinho São José	34
• Empreendimentos de grande porte na Área Portuária	35
• Empreendimento residencial no terreno da antiga Fábrica de Velas Luz Steárica	35
• Recuperação de edifício na rua do Lavradio n.º 28	35
• Recuperação de edifício na rua do Lavradio n.º 100	36
• Recuperação de edifício na Rua Abade Ramos, 47	36
• Recuperação do imóvel na rua Alberto de Campos, n.º 84	37
• Licenciamento junto a edifício tombado na APAC de Botafogo	37
• Recuperação do imóvel na rua Rua Prudente de Moraes, nº 1.356	38
• Recuperação do imóvel na rua Rua Dona Mariana, n.º 84	38
• Outros Projetos e obras em bens protegidos privados	39
CENTRO CARIOCA DE PATRIMÔNIO E DESIGN	43
• Ações de Educação Patrimonial	43
PROJETOS ESPECIAIS	45
• O monumento Anna Nery e a Requalificação da Praça Cruz Vermelha	45
• Requalificação da Rua Candelária e Beco do Bragança	46
• Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca	47

SUMÁRIO

PUBLICAÇÕES	48
• 4 artigos publicados na revista cidade inova	48
PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	49
IRPH EM NÚMEROS	50



PATRIMÔNIO CULTURAL CARIÓCA

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

BREVE HISTÓRICO

A história da preservação do patrimônio cultural carioca remonta à época do antigo estado da Guanabara. Por ocasião de sua fusão com o estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio passa a ter administração própria e são então criados os órgãos municipais de tutela do patrimônio cultural.

O Corredor Cultural nasceu de um trabalho apresentado por Augusto Ivan de Freitas Pinheiro ao Institute of Housing and Urban Development, na Holanda. Evoluiu, a partir de 1979, com a criação do Grupo Executivo do Corredor Cultural, que buscava perceber o papel do ambiente construído para a preservação do patrimônio cultural.

Através da Lei Nº 474/1983, a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura passa a contar com a Divisão de Proteção do Patrimônio Artístico, cuja atribuição executiva é cuidar dos bens culturais tombados pela municipalidade. A partir da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Teresa e da imensa Área de Entorno de Bens Tombados na zona portuária (Projeto SAGAS) é criado, em 1986, na estrutura da nova Secretaria Municipal de Cultura, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC. Sua finalidade é gerenciar e monitorar os bens tombados e preservados.

Estruturado a partir de três setores – Divisão de Inventário e Planejamento, Divisão de Cadastro e Pesquisa e Divisão de Preservação e Restauração – o DGPC se encarrega de realizar o inventário de bens

culturais em diversas áreas da cidade, cadastrando-os e passa a elaborar estudos para propostas de tombamento e de criação de novas Áreas de Proteção Ambiental. Ficam criados três setores que estruturaram o DGPC. Em 1992, a figura de Área de Proteção Ambiental é incorporada para bens de valores ambientais naturais, integrando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e o patrimônio edificado passa a ser definido pela figura de Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC. Em 2003, é criada a legislação municipal para proteção de bens de natureza imaterial.

O DGPC permanece em atividade até 2006, quando então é transformado na Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC.

Em 2009, entretanto, o órgão municipal de tutela do patrimônio cultural retorna à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, sob a denominação de Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – SUBPC.

Finalmente, em 2012, através do Decreto Nº 35.879/2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, é criado e ratificado pela Lei Nº 5547/2012 como órgão situado na estrutura do Gabinete do Prefeito. Uma das justificativas para a criação do órgão é a gestão do Sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. A partir de 2021, o IRPH passa a integrar a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e, desde 2023, está na estrutura organizacional da SMDUE

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O IRPH está estruturado com duas linhas de atuação: o Inventário, Proteção e Promoção, realizado através da Coordenadoria de Estudos e Planos - CEP e a Conservação e Monitoramento do patrimônio cultural, atribuição da Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC.

A CEP atua na realização de pesquisas e ações com vistas à identificação, proteção, valorização e promoção do patrimônio cultural tanto de natureza material, quanto de natureza imaterial, no desenvolvimento de estudos para a criação de áreas de proteção do ambiente cultural e áreas de entorno de bens tombados e no estabelecimento de parâmetros específicos com o objetivo de preservar o ambiente cultural urbano.

Atua também na divulgação e valorização do nosso patrimônio cultural, desenvolvendo manuais, cartilhas, jogos, implantando as placas do Circuito do Patrimônio Cultural Carioca, fomentando de informações as mídias e redes sociais, parte das ações de educação patrimonial.

A CCPC, por outro lado, atua na conservação e monitoramento dos bens culturais de natureza material protegidos: tombados, bens inseridos nas Áreas de Preservação do Ambiente Cultural e situados nas áreas patrimônio mundial, declaradas pela UNESCO.

Para tanto, realiza análise, orientação e emissão de parecer técnico para as propostas de intervenções físicas, fiscalização do estado de conservação, acompanhamento e monitoramento de obras, assim como assessora arquitetos, restauradores e profissionais habilitados e interessados em intervir nos bens protegidos.

A equipe trabalha focada na importância da função social do patrimônio cultural, que está diretamente relacionada à garantia de transmissão destes bens às gerações futuras e à fruição e valorização destes bens pela sociedade.

Garantir a função social do patrimônio cultural significa assegurar que ele seja acessível e relevante para a comunidade em que está inserido, promovendo a educação, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a valorização da diversidade cultural.

Isso envolve ações de proteção, conservação, educação patrimonial, turismo cultural responsável, entre outras iniciativas. Portanto, é de suma importância propiciar o uso destes bens, adaptando-os às necessidades atuais para que perdurem e desempenhem seu papel na dinâmica e rotina da cidade.

As alterações e mudanças permitidas são um meio de viabilizar o uso dos bens protegidos de maneira inclusiva, mais eficiente e sustentável, adequando-os e adaptando-os às necessidades e às demandas contemporâneas e garantindo, assim, que sejam inseridos no cotidiano do coletivo de forma ativa e proveitosa. Ou, caso contrário, permanecerão fadados ao abandono e à degradação.

Entendemos que a Cidade é um organismo dinâmico e o patrimônio cultural não deve ser encarado como empecilho para essa vitalidade e sim como diferencial do projeto. O patrimônio cultural é único! Inserir-lo no novo contexto tornará o empreendimento único e excepcional também.

Os bons exemplos espalhados pelos diversos bairros da Cidade, alguns elencados neste relatório, comprovam isso.

COORDENADORIA DE ESTUDOS E PLANOS - CEP

A Coordenadoria de Estudos e Planos atua na realização de pesquisas e ações com vistas à identificação, valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural da cidade tanto de natureza material quanto imaterial, no desenvolvimento de estudos para a criação de áreas de proteção do ambiente cultural e no estabelecimento de parâmetros específicos com o objetivo de preservar o ambiente cultural urbano. Atua também na pesquisa e identificação de sítios e áreas de potencial arqueológico da cidade.

A CEP tem como principais atribuições:

- definir e propor critérios de identificação, classificação e atualização de áreas, bens de interesse cultural, sítios e acervos arqueológicos para fins de proteção legal pelo poder público municipal;
- coordenar a realização de inventários, pesquisas, cadastro e divulgação dos bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro.

Os trabalhos técnicos da Coordenadoria são desenvolvidos através da Gerência de Proteção, que conta com a Gerência de Pesquisa, a Gerência de Arqueologia e o Centro Carioca de Patrimônio e Design, responsável pelo apoio técnico em projetos institucionais.



GERÊNCIA DE CADASTRO E PESQUISA

São competências da GCP:

- Gerenciar a elaboração e a supervisão de estudos visando à proteção, conservação e valorização dos bens culturais de natureza material e imaterial de interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- identificar, inventariar e classificar bens culturais de natureza imaterial, áreas urbanas e bens culturais de natureza material, móveis e imóveis, de interesse para a proteção legal pelo Município do Rio de Janeiro;
- propor critérios e normas de proteção utilizando-se dos instrumentos da legislação em vigor para as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, Áreas de Entorno de Bens Tombados e demais áreas protegidas e de interesse à proteção legal;
- incluir as ferramentas e disciplinas do design na valorização da memória e da identidade cultural carioca;
- avaliar, sempre que necessário, os critérios de proteção estabelecidos para bens ou áreas, visando sua atualização;
- avaliar e emitir parecer em projetos de intervenção, para deliberação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de acordo com a legislação vigente;
- estabelecer e manter intercâmbio de informações e procedimentos com as instituições estaduais e federal de proteção ao Patrimônio Cultural, bem como com outras instituições públicas ou privadas e órgãos da administração municipal com o objetivo de implementar e aperfeiçoar os instrumentos de Proteção Cultural;

- manter atualizado e disponível para consultas o sistema e o acervo técnico de informações do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro.
- propor e elaborar pesquisas sobre a história, a memória e o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- elaborar pesquisas sobre os bens culturais de natureza material e imaterial, protegidos ou de interesse à proteção pelo Patrimônio Cultural;
- manter o registro iconográfico e demais documentos disponíveis, referentes a imóveis indicados pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, autorizados para demolição ou renovação;
- organizar, manter, conservar, atualizar e manter disponível para consultas o acervo técnico e biblioteca referentes ao Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- colaborar com os órgãos da área educacional e de cultura nas políticas de capacitação técnica e de educação patrimonial.

GERÊNCIA DE ARQUEOLOGIA – GAR

São competências da GAR:

- Acompanhar e orientar estudos, projetos e pesquisas arqueológicas decorrentes de obras de intervenção em bens protegidos, em áreas de interesse histórico ou em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC;
- orientar e acompanhar ações que visem à identificação e valorização de sítios arqueológicos na cidade do Rio de Janeiro;
- propor a delimitação de sítios arqueológicos e suas áreas de entorno;
- elaborar e manter atualizada a Carta de Potencial Arqueológico do Município do Rio de Janeiro;

- registrar e cadastrar os sítios arqueológicos decorrentes de achados fortuitos;
- manter, gerir e promover ações voltadas à conservação de material arqueológico sob a salvaguarda do Município do Rio de Janeiro;
- contribuir com a atualização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos em cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

CENTRO CARIOCA DE PATRIMÔNIO E DESIGN – CCPD

Criado na estrutura municipal em 2009, o Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD, nome pelo qual é conhecido, trabalha para a promoção e difusão do Patrimônio Carioca, promovendo exposições, seminários, palestras, publicações, redes sociais, entre outras formas de geração de conteúdo que valorize o a memória e o Patrimônio Cultural da cidade.

Atualmente, busca apresentar relações mais estreitas com a Educação Patrimonial, tendo como missão “divulgar e promover o Patrimônio como bem cultural e transformador da cidade, dos centros urbanos e da sociedade”.

São competências do CCPD:

- Promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- realizar cursos, seminários, publicações e exposições voltadas para a Educação Patrimonial;
- propor e executar atividades voltadas à promoção das relações entre design, o território, o patrimônio cultural material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro, buscando valorizar a memória e a identidade cultural carioca;
- auxiliar outras gerências na elaboração de projetos de design ou programação visual;

- manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, pessoas físicas ou jurídicas, instituições de ensino, nacionais ou internacionais, visando à cooperação técnica na área de patrimônio e design;
- promover e operacionalizar as ações referentes à participação da cidade do Rio de Janeiro na Rede Mundial de Distritos de Criatividade;
- fomentar ações voltadas à educação patrimonial.

COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – CCPC

A Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural atua na conservação e monitoramento dos bens culturais de natureza material protegidos por tombamento, sob tutela das Áreas de Proteção Cultural, ou ainda, nas áreas situadas na Paisagem Cultural protegida pela UNESCO. Para tanto, realiza ações de análise, orientação e emissão de parecer técnico para as propostas de intervenções físicas, fiscalização do estado de conservação, acompanhamento e monitoramento de obras, assim como assessora arquitetos, engenheiros e restauradores interessados em intervir nos bens protegidos. Tal assessoramento se configura como verdadeira promoção de educação patrimonial junto às comunidades envolvidas.

A CCPC tem como principais atribuições:

- orientar, analisar e acompanhar a elaboração de projetos e obras nos bens protegidos;
- subsidiar e instruir tecnicamente o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural;
- orientar as propostas de restauração dos bens tombados pela legislação municipal.

Além disso, a Coordenadoria é responsável por pareceres técnicos quanto à instalação de painéis publicitários em bens protegidos e solicitações de isenção de impostos.

Seu quadro técnico, essencialmente formado por arquitetos e engenheiros concursados, é responsável por cuidar de 10.507 bens preservados, 1.747 bens tombados e cerca de 40 áreas protegidas.

A estrutura da CCPC é composta pelos seguintes setores:

- Gerência de Conservação e Monitoramento – GCM;
- Escritório Técnico da Paisagem cultural - ETPC;
- Gerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados – GMBT;
- Gerência de Projetos em Bens Tombados – GPBT;
- Gerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos - GPEU;
- Escritórios Técnicos - 1º, 2º e 3º ET's

GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO – GCM

Entre as competências da GCM estão:

- gerenciar, analisar, orientar e supervisionar projetos, obras e intervenções, em bens culturais e áreas públicas protegidos pela legislação municipal de patrimônio cultural, tombados ou inseridos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, e em áreas de entorno de bens protegidos pela municipalidade;
- coordenar, orientar e supervisionar estudos, projetos e intervenções urbanas nas áreas e sítios de reconhecido valor e interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade;
- gerenciar os Escritórios Técnicos.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA PAISAGEM CULTURAL – ETPC

São competências da ETPC:

- reunir e analisar todas as determinações e definições relativas a estudos, projetos, atividades e ações nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Elaborar e acompanhar a execução dos programas e projetos de conservação nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Valorizar a paisagem nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Promover as ações relativas à valorização, preservação e conservação nas áreas reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Emitir pareceres sobre licenciamentos, estudos, projetos e intervenções nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Emitir pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural/CMPC, e demais órgãos da administração para as áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Subsidiar o sistema de informações quanto ao acervo do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes às nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento.

GERÊNCIA DE PROJETOS EM BENS TOMBADOS – GPBT

Entre as competências da GPBT estão:

- elaborar projetos de restauração, conservação ou readequação em imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- analisar e orientar projetos de restauração, conservação ou readequação em bens particulares e públicos, protegidos pelo instrumento de tombamento;
- emitir parecer técnico para concessão da isenção do imposto predial territorial urbano para imóveis protegidos pelo instrumento do tombamento;
- promover vistorias emergenciais para avaliação de sinistros em bens protegidos;
- elaborar parecer técnico para instruir as demandas do CMPC e demais órgãos da administração;
- participar de grupos de trabalhos em cooperação com os demais órgãos da administração;
- elaborar, orientar ou acompanhar os convênios e contratos projetos de restauração, conservação ou readequação em bens imóveis protegidos.



GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DE OBRAS EM BENS TOMBADOS – GMBT

São competências da GMBT:

- elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras de restauração, conservação ou adequação em bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar, orientar ou acompanhar projetos de cálculo estrutural e de instalações prediais de bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar e/ou orientar a execução de escopo de serviços e planilhas orçamentárias de projetos e obras promovidas pelo órgão, com base no Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO;
- elaborar e aferir composição de preços unitários de serviços especializados de restauração e de conservação de bens imóveis;
- elaborar, orientar e/ou acompanhar os convênios e contratos cujo objeto é a execução de obras de restauração, conservação e/ou readequação em bens imóveis protegidos, promovidas pelo órgão;
- elaborar pareceres técnicos para instruir análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC e demais órgãos da administração;
- interagir com os demais órgãos municipais de fiscalização de obras que atuam com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenharia.

- elaborar relatórios técnicos para formulação de respostas aos questionamentos dos órgãos de auditoria e controle a respeito das obras fiscalizadas pela Gerência;
- promover vistorias emergenciais para avaliação de sinistros em bens protegidos.

GERÊNCIA DE PROJETOS EM ESPAÇOS URBANOS PROTEGIDOS – GPEU

São competências da GPEU:

- Elaborar, orientar ou acompanhar, projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras urbanísticas em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- analisar e orientar projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar Termos de Referência de projetos e obras promovidos pelo Órgão para fins de requalificação urbana nas áreas urbanas protegidas por legislação de proteção do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro;



ESCRITÓRIOS TÉCNICOS

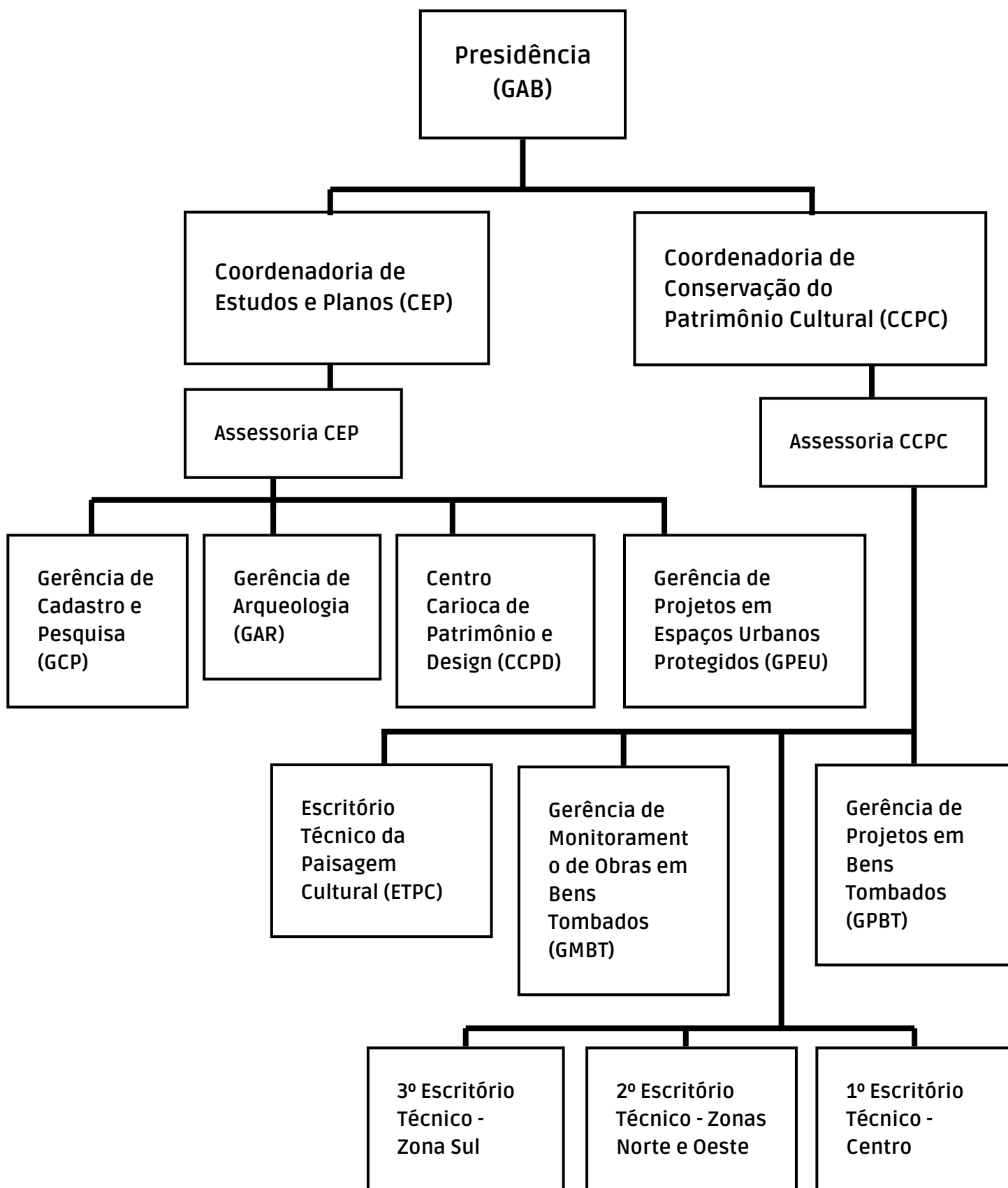
São competências do 1º, 2º e 3º Escritórios Técnicos, responsáveis respectivamente pela zona do Corredor Cultural/Centro, Zona Norte/Oeste e Zona Sul:

- Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar, orientar e dar aceite em obras de reformas, adaptações de uso e restaurações de bens culturais particulares protegidos pelo Município;
 - emitir pareceres referentes aos imóveis situados nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
 - orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos, nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
 - elaborar pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
 - emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelo patrimônio cultural;
 - orientar as comunidades locais quanto às ações relativas à preservação do Patrimônio Cultural das áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
 - informar aos órgãos competentes sobre os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares verificadas nas áreas protegidas;
 - avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do Patrimônio Cultural da Cidade;
 - manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à conservação dos bens culturais;
- acompanhar a execução dos programas de conservação, de recuperação e valorização do Patrimônio Cultural e do ambiente urbano;
 - colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
 - avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos e passíveis de renovação, situados nas áreas sob a tutela do Escritório Técnico.
 - interagir com os demais órgãos municipais de fiscalização de obras que atuam com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenharia.



INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

ORGANOGRAMA



CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – CMPC

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro é o órgão colegiado consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei nº 161 de 5 de maio de 1980. Compete ao CMPC examinar, apreciar e deliberar (Decreto Rio “P” nº 194 de junho de 2024) questões relacionadas às diretrizes referentes às políticas públicas de patrimônio cultural através da proteção e conservação de bens imóveis, declaração de áreas de proteção do ambiente cultural, declaração de áreas de entorno de bens tombados e registros de bens de natureza imaterial. Também lhe compete manifestar-se sobre os estudos, pesquisas e propostas de proteção desenvolvidas pelo Instituto, bem como sobre a realização de intervenções em bens protegidos pela municipalidade.

O CMPC é presidido pelo IRPH e integrado por representantes do governo e da sociedade civil. Realiza reuniões quinzenais, mas, a depender da necessidade e urgência, pode efetuar reuniões extraordinárias.

2024 - 2025

EM 2024, COM A PUBLICAÇÃO DO DECRETO RIO “P” Nº 194 DE 12 DE JUNHO DE 2024, FOI ALTERADA A A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - CMPC, COM MANDATO DE DOIS ANOS, COM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE: LAURA DI BLASI

SECRETÁRIA EXECUTIVA: MARIA CRISTINA VEREZA LODI

TITULAR - MICHELLE SILVA LIMA
SUPLENTE - FABRICIO IORIO DE REZENDE

TITULAR - DIOGO DOS SANTOS BAPTISTA
SUPLENTE - RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA

TITULAR - ELIANA ALVES RODRIGUES
SUPLENTE - MAÍRA PAES LEME

TITULAR - ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE
SUPLENTE - ANDRÉ LUIZ MEUSER ZAMBELLI

TITULAR - CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA
SUPLENTE - LEILA MENNA BARRETO

TITULAR - EVELYN FURQUIM WERNECK LIMA
SUPLENTE - MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE GUIMARÃES

TITULAR - ANTONIO EDMILSON MARTINS RODRIGUES
SUPLENTE - NATÉRCIA ROSSI

TITULAR - JORGE ADOLFO FREIRE E SILVA
SUPLENTE - WALLYSON PEREIRA DOS REIS



Patrimônio Mundial

No ano de 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural) criou o Comitê e a Lista do Patrimônio Mundial. Desde então, os países signatários da Convenção indicam os bens dotados de valor universal excepcional, ou seja, de importância única para o mundo, por refletirem o processo civilizatório da humanidade. No aceite da candidatura, os bens inscritos passam a ser chancelados com o título de Patrimônio Mundial.

A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO gera um impacto econômico positivo, principalmente em relação ao turismo, na medida em que as comunidades locais e internacionais dele se apropriam e passam a divulgar este reconhecimento. Assim, para cada sítio deve ser elaborado um Plano de Gestão que garantirá o equilíbrio entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento a partir de compromissos assumidos pelos governos dos países, visando à manutenção deste valor universal excepcional que se pretende salvaguardar.

Existem atualmente 1.233 Sítios de Patrimônio Mundial, sendo 931 culturais, 257 naturais e 45 mistos, localizados em 167 países. Destes, 22 estão localizados no Brasil e 3 na cidade do Rio de Janeiro.

PAISAGENS CARIOCAS ENTRE A MONTANHA E O MAR

O Sítio Paisagens Cariocas Patrimônio Mundial, declarado pela UNESCO em 2012, é a primeira grande metrópole a ser reconhecida na categoria Paisagem Cultural. Trata-se de um recorte da paisagem da cidade capaz de representar seus valores universais excepcionais, mundialmente reconhecidos e dignos de serem protegidos.

Os principais elementos deste sítio são: as montanhas e suas florestas, o paisagismo de seus jardins, a maneira como os espelhos d'água e a orla foram artisticamente agenciados e, principalmente, as interações sociais e culturais características do modo de vida carioca que tais espaços proporcionam. Pela extensão da área definida como Patrimônio Mundial, é necessário um trabalho de acompanhamento das intervenções realizadas, a fim de que estas não comprometam os valores da paisagem protegida. Dessa forma, são monitoradas principalmente as áreas sem uma gestão própria, como a Orla de Copacabana e o Parque do Flamengo. Além da Zona de Amortecimento Urbana, parte do Setor C que compõe a área edificada entre a montanha e o mar, a fim de acompanhar suas transformações.

Desde 2018, o IRPH, por meio do Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC, mantém um banco de dados com o registro fotográfico dos diferentes pontos de visadas definidos para o monitoramento do sítio, disponível ao público pelo portal www.data.rio, na aplicação do Patrimônio Cultural Carioca, além de informações georreferenciadas das solicitações de intervenção nas áreas do setor B e na zona de amortecimento, de uso exclusivo dos técnicos da Prefeitura.



SÍTIO ROBERTO BURLE MARX

O Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) foi reconhecido como Patrimônio Mundial, em 2021, durante a 44ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O SRBM foi reconhecido na categoria de Paisagem Cultural, na qual se enquadram bens que referenciam a interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, resultando em uma paisagem natural modificada.

Localizado na Barra de Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), o Sítio tem 405 mil metros quadrados de área e abriga uma coleção botânica com mais de 3.500 espécies de plantas tropicais e subtropicais, cultivada em viveiros e jardins.

Jardins, viveiros de plantas, sete edificações e seis lagos integram este espaço singular. A propriedade também guarda um acervo museológico de mais de três mil itens, que inclui um grande repertório da produção artística de Burle Marx, suas coleções de arte moderna, cuzquenha, pré-colombiana, sacra e popular brasileira, de cristais e de conchas, além do mobiliário e dos objetos de uso cotidiano da casa.

Maior e mais importante registro da obra de Burle Marx, o SRBM recebe cerca de 30 mil visitantes por ano. Conhecido internacionalmente como um dos mais relevantes paisagistas do século XX, Roberto adquiriu o Sítio em 1949 e ali viveu entre 1973 e 1994. Ao longo de 45 anos, reuniu na propriedade plantas de diversas partes do mundo e dos diversos biomas brasileiros, algumas atualmente em risco de extinção.

O Comitê Gestor do Sítio Roberto Burle Marx foi instituído por meio da Portaria nº 179, de 2 de julho de 2024, com mandato de 2 anos. Tem o importante papel de definir as diretrizes e estratégias para a preservação e promoção deste Patrimônio Mundial.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO

O IRPH, através do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU) é responsável pela guarda do acervo arqueológico resgatado durante as intervenções urbanísticas de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, principalmente após a revelação do Sítio Arqueológico Cais do Valongo / Cais da Imperatriz em 2011. Esse acervo é composto pelos achados da chamada Fase I das obras do Porto Maravilha – mais de 1 milhão de peças registradas e acondicionadas em aproximadamente 900 caixas, além do material de grande porte, a Pedra Fundamental do prédio da antiga Cia. Docas de D. Pedro II, canhões, âncoras, pedras lavradas e outros objetos; e de 245 peças de grande porte oriundas das escavações da Fase II.

Desde 2014 a gestão das coleções arqueológicas do LAAU é feita através de contratos com empresas de arqueologia, firmado pela Prefeitura, através do IRPH e com a fiscalização do IPHAN.

A representação do IRPH no Comitê Gestor do Sítio Arqueológico Cais do Valongo (Patrimônio Mundial pela UNESCO), instituído pela Portaria IPHAN nº 88, de 20 de março de 2023, é feita pela equipe da Gerência de Arqueologia (GAR).

A gestão do LAAU é feita pela Gerência de Arqueologia do IRPH, que auxiliado por arqueólogos especialistas, contratados de forma contínua, atua na sua guarda, na conservação, no apoio à pesquisa e na extroversão do conhecimento adquirido a partir do estudo do material arqueológico.



Escritório Técnico da Paisagem Cultural

Como parte das atividades ligadas ao monitoramento e gestão do sítio declarado Patrimônio Mundial, o ETPC manteve o trabalho de acompanhamento dos pedidos de intervenção nas áreas do Sítio, incluindo sua zona de amortecimento. Dentre as principais atividades do ETPC em 2025, destacam-se:

- Monitoramento dos impactos e análise de processos relacionados às intervenções nos Setores B e C do Sítio Rio de Janeiro Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar – UNESCO;
- Análise de processos relacionados a Resolução SMU nº 12/2018, tais como novas construções, modificações com acréscimo de área e alterações de fachadas na áreas do Sítio Rio de Janeiro Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar – UNESCO;
- Análise de processos relacionados à imóveis da APA do Bairro Peixoto, AEBT da Urca e da APAC do Lido;
- Análise de processos relacionados à intervenções em obras paisagísticas de autoria de Roberto Burle Marx, tombados pelo Decreto nº 30.936/2009;



PARTICIPAÇÃO DO ETPC EM COMITÊS, CONSELHOS, GRUPOS DE TRABALHO

- Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS, coordenado pelo Escritório de Planejamento – EPL, da Secretaria Municipal da Casa Civil;
- Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca – PNT;
- Conselho Gestor do Parque Natural Municipal e APA Paisagem Carioca;
- Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca – CONSEMONA;
- Plano Estratégico "Rio Legado e Futuro" (2025-2028), lançado pela Prefeitura do Rio em agosto de 2025;
- Conselho Municipal de Turismo – COMTUR;
- Comitê Gestor do Sítio Roberto Burle Marx;
- Comissão Carioca de Nominção de Logradouros e Equipamentos Públicos – CCNLEP



O ETPC EM NÚMEROS

- 430 processos despachados;
- 130 atendimentos/audiências;
- 59 reuniões;
- 119 vistorias;
- 5 laudos de aptidão emitidos;
- 98 ofícios emitidos;



Gerência Arqueologia

Entre 2021 e 2023, o IRPH desenvolveu ações institucionais, técnicas e operacionais voltadas à consolidação da gestão, conservação e difusão do acervo do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU). Em 2021, para atender ao arranjo solicitado pelo IPHAN, a Subgerência de Arqueologia, em articulação com o Gabinete da Presidência, conduziu negociações com a Fundação Palmares para a transferência ao Prédio Docas D. Pedro II, promoveu as adequações requeridas pelo IPHAN-RJ para a movimentação do acervo e participou de reuniões técnicas para apresentação do acervo e contribuição ao projeto arquitetônico das futuras instalações. No mesmo ano, em atendimento a demanda do Ministério Público, foi viabilizado o empréstimo de parte da coleção à UERJ, com realização de reuniões técnicas, localização, arrolamento e registro fotográfico das peças, assegurando a continuidade das pesquisas durante o período de obras.

Em 30 de novembro de 2022 foi inaugurada, no MUHCAB, a exposição “Achados do Valongo”, resultado de parceria entre IRPH, IPHAN, MPF, MUHCAB, Museu Nacional e Curso de Arqueologia da UERJ. A mostra apresentou cerca de 180 peças arqueológicas – cerâmicas, piaçavas, pedras e objetos em vidro – provenientes do Cais do Valongo e arredores, integrando o acervo do LAAU. A abertura foi acompanhada de seminário com pesquisadores, gestores e estudantes, reunindo mais de cem participantes, incluindo representantes de entidades ligadas à cultura afro-brasileira e comunidades da região portuária.

O ano de 2022 foi marcado por ações de conservação e guarda do acervo em contêineres, além de iniciativas de extroversão, como mostra nas dependências do LAAU, exposição no MUHCAB e parceria com o Instituto Moreira Salles para exposição realizada em São Paulo em 2023. Também foi firmado acordo de cooperação técnica com o Instituto D’Orbigny, voltado ao apoio às atividades de pesquisa, conservação, educação e difusão, viabilizando o empréstimo de vitrines para exposições.

Em outubro de 2023, nova licitação assegurou a continuidade da gestão do LAAU e a renovação da locação dos contêineres, mantendo os compromissos municipais com a guarda e conservação do acervo. Entre as atribuições contratuais estão a racionalização do inventário, incorporação de novas coleções, apoio a empréstimos e pesquisas e ações de divulgação. Desde o início das atividades, os investimentos diretos superam seis milhões de reais, complementados por parcerias institucionais. No âmbito do acordo com o Instituto D’Orbigny, foram disponibilizados expositores, desumidificadores, equipamentos de esterilização e empilhadeira manual, além da estruturação de Mostra Permanente, transferida para o térreo em 2023 para ampliar a acessibilidade.

Avançaram ainda as negociações com o Banco Central (BACEN) para acordo de cooperação que prevê contrapartidas em equipamentos e materiais e a transferência definitiva do acervo arqueológico resgatado durante a implantação de seu novo edifício na Gamboa.

Em setembro de 2023, novas coleções provenientes de escavações na Linha 1-A do metrô, Escola Nilo Peçanha, Casa de Bidu Sayão e Passeio Público foram incorporadas ao LAAU, centralizando sob responsabilidade municipal a guarda desses materiais. Em dezembro de 2023, foi inaugurada a primeira Exposição Arqueológica Virtual 3D na página do IRPH, ampliando o acesso público às informações sobre os achados arqueológicos da cidade.

LABORATÓRIO ABERTO DE ARQUEOLOGIA URBANA (LAAU)

O Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – LAAU, nasceu da necessidade de um local para viabilizar o desenvolvimento de atividades que garantissem a gestão, valorização e preservação do patrimônio arqueológico resgatado durante o Projeto de Monitoramento e Escavação Arqueológica ocorrido durante a Fase 1 do Programa de Revitalização da Zona da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Durante o primeiro ano das atividades do LAAU, iniciadas em dezembro de 2014, os serviços foram concentrados no processamento de um grande volume de material, resultando na identificação de um acervo arqueológico com mais de um milhão de itens, acondicionados em aproximadamente 900 caixas, além do material de grande porte, como a Pedra Fundamental do prédio da antiga Cia. Docas de D. Pedro II, canhões, âncoras, pedras lavradas e outros objetos. Posteriormente foram integrados ao acervo do LAAU o material de grande porte da Fase 2 do Projeto Porto Maravilha e outras coleções provenientes de pesquisas arqueológicas no Centro, Praça da Bandeira e em São Cristóvão.





Desde o início de suas atividades, o LAAU mantém a contratação contínua de uma equipe de arqueólogos especialistas para garantir a adequada guarda e conservação do acervo, dando também o apoio necessário para a pesquisa e atividades ligadas à extroversão, atendendo assim ao trinômio pesquisa, conservação e socialização, das considerações previstas na Portaria IPHAN nº 196/2016.



O conceito de laboratório aberto nasceu da necessidade de aproximar a sociedade com os remanescentes de nossa história, nesse sentido, o projeto para as futuras instalações do LAAU prevê o compartilhamento de laboratórios com profissionais, pesquisadores e instituições acadêmicas, e, para os visitantes, uma ampla área de exposição e a visibilidade das atividades exercidas através de janelas voltadas para os laboratórios.

O LAAU está estabelecido no edifício Docas D. Pedro II, na Av. barão de Tefé, 75, Saúde, em frente ao Cais do Valongo, onde mantém, além do laboratório, doze contêineres para a guarda do acervo.



Em outubro de 2023 foi realizada uma nova licitação para a gestão do LAAU, e renovado o contrato de locação dos contêineres, dando continuidade aos compromissos firmados pela Prefeitura, através do IRPH, para a guarda e conservação do acervo arqueológico, sendo também atribuições da equipe envolvida: a racionalização do inventário; a organização de novas coleções; o apoio a empréstimos e pesquisas; e a elaboração de atividades visando a extroversão e divulgação do acervo. Com a conclusão desses contratos, os investimentos diretos desde o início das atividades do LAAU superaram o patamar de 6 milhões de reais.

Além dos investimentos diretos necessários para o bom funcionamento do LAAU o IRPH busca parcerias que agreguem benefícios ao laboratório e à extroversão do seu acervo. A parceria com o Instituto D'Orbigny, feita através de um acordo de cooperação sem a transferência de recursos financeiros, contribuiu com as atividades do LAAU através da disponibilização, ao longo de todo o ano de 2023, de expositores, desumidificadores, equipamento de esterilização de ambientes e empilha-deira manual. No contexto dessa parceria, também foi elaborada uma Mostra permanente sobre o acervo do LAAU, que apresenta aos visitantes do laboratório, itens selecionados que representam o acervo arqueológico guardado pela Prefeitura, e que, em 2023, foi transferida do mezanino para o térreo do prédio, com o objetivo de facilitar a acessibilidade.

Ao mesmo tempo, avançaram as negociações para estabelecer um acordo de cooperação entre a Prefeitura e o Banco Central (BACEN), com o estabelecimento de uma lista de equipamentos, mobiliário e materiais que contribuirão para o aprimoramento das atividades do laboratório do LAAU. Esse acordo prevê, a partir de uma contrapartida, a transferência definitiva do acervo arqueológico resgatado na implantação do novo edifício daquela instituição na Gamboa.



Novas coleções arqueológicas foram integradas ao acervo do LAAU em setembro de 2023 com a transferência do material arqueológico que se encontrava nas dependências da Gerência de Monumentos e Chafarizes da Secretaria de Conservação, localizada no Parque Noronha Santos, no Centro. Essas coleções se originaram dos resgates arqueológicos feitos em obras realizadas na Linha 1-A do metrô, na Escola Nilo Peçanha, na Casa de Bidu Sayão e no Passeio Público. Além de enriquecer o acervo do LAAU, a concentração do material arqueológico sob responsabilidade da Prefeitura em um só local, possibilita a racionalização da gestão, economia e segurança, uma vez que esse material já está incluído no escopo do novo contrato de gestão para o acompanhamento da equipe especializada em conservação.

Como forma de democratizar as informações sobre os achados provenientes de escavações arqueológicas realizadas na Cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurada, em dezembro de 2023, a primeira EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA VIRTUAL 3D, disponível na página do IRPH -

<https://irph.prefeitura.rio/exposicao-virtual/>

Essa inédita exposição faz a união dos vestígios do passado com a tecnologia do presente. A plataforma é simples, bastando o usuário clicar no ícone representado pela imagem de cada um dos 22 objetos disponibilizados para interagir com os remanescentes que fazem parte da nossa história. Nessa primeira etapa a exposição explora a diversidade de materiais mais disponíveis nas coleções do acervo do LAAU.

Em 2023 a equipe da Gerência de Arqueologia do IRPH participou de eventos e reportagens que abordaram diretamente os temas ligados à arqueologia urbana, ao Cais do Valongo – Patrimônio Mundial pela UNESCO – e ao LAAU, como importante instituição de guarda de remanescentes do passado de nossa cidade.

A apresentação do IRPH para o Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, na oficina para definição do equipamento cultural a ser implantado no Prédio André Rebouças (Docas Pedro II), ocorrida em outubro de 2023, demonstrou a vinculação do acervo do LAAU com o prédio e o entorno, e as questões legais que o levaram a estar lá estabelecido.

A participação em duas reportagens reforçou a relevância do LAAU no contexto da arqueologia urbana carioca, sendo a primeira em maio para a TV Câmara, com abordagem sobre a preservação da história e a transformação da sociedade através dos achados arqueológicos, a outra, em dezembro, para a MultiRio, com o tema “Arqueologia Urbana”, onde os conceitos de laboratório aberto foram muito abordados.



EXPOSIÇÃO “CARTOGRAFIAS DO COTIDIANO”

A exposição **Cartografias do Cotidiano** está aberta ao público desde 4 de novembro no Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), no edifício Docas André Rebouças, na Avenida Barão de Tefé, 75, Saúde.

A mostra propõe um encontro entre arte e arqueologia para pensar as diferentes formas de construir e imaginar a cidade. A partir do diálogo entre o trabalho do LAAU e as criações do artista Getúlio Damado, o visitante é convidado a refletir sobre as relações entre memória, tempo e consumo no espaço urbano.

Enquanto o LAAU revela, por meio de fragmentos e vestígios, um Rio de Janeiro que ainda pulsa sob o asfalto, Getúlio constrói, com materiais descartados, sua própria cidade poética, uma arqueologia do presente que transforma o que seria resíduo em narrativa.

Organizada em quatro eixos: Infância, Religião, Público e Privado, a exposição apresenta peças do acervo arqueológico lado a lado com as obras do artista, revelando conexões entre passado e presente e questionando o destino dos objetos que compõem o nosso cotidiano.

Cartografias do Cotidiano é um convite a percorrer o Rio de Janeiro a partir de suas camadas visíveis e invisíveis, unindo a investigação científica à imaginação artística.

Curadoria de Matheus Simões e Helena Jensen.



Patrimônio material

O patrimônio material é formado pelo conjunto de bens culturais divididos em imóveis e móveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, bens individuais, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos e arquivísticos.

Para proteção dos bens de natureza material o Plano Diretor da cidade dispõe como instrumentos: tombamento, instituição das áreas de entorno de bem tombado e instituição das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC).

ESTUDOS PARA PROTEÇÃO DE BENS MATERIAIS

Faz parte da competência do IRPH a realização de estudos, pesquisas, inventários e relatórios sobre os bens de potencial interesse cultural da cidade. A origem desses estudos pode ser a mais diversa: cidadãos, entidades privadas, instituições públicas, Câmara Municipal ou mesmo proposições do próprio corpo técnico. Com o estudo concluído, este é submetido ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC, que aprova, desaprova ou pode fazer recomendações e solicitações complementares.

Apenas após sua aprovação a proposta é encaminhada ao Prefeito para determinar o prosseguimento ou interrupção dos estudos de proteção. Os estudos a seguir são apenas alguns selecionados dentre diversos realizados pela Gerência de Pesquisa, entretanto, o prosseguimento de tais propostas ainda pode depender da manifestação do CMPC e da decisão do Prefeito, conforme Lei Nº 928, de 22/12/1986.

ESTUDO PARA TOMBAMENTO DEFINITIVO E CRIAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO DE BEM TOMBADO DA IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA GÁVEA. RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 19 - GÁVEA

A Igreja Nossa Senhora da Conceição da Gávea foi tombada provisoriamente pelo Decreto nº 38.872, de 5 de julho de 2012. Em 2025 foram realizados os estudos para seu tombamento definitivo, com elaboração de inventário arquitetônico e histórico da igreja. Além disso, também foi proposta uma Área de Entorno de Bem Tombado com a intenção de proteger sua ambiência urbana e sua fruição visual.



Igreja Nossa Senhora da Conceição da Gávea

ESTUDO PARA TOMBAMENTO DEFINITIVO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS PROVISORIAMENTE NO BAIRRO DE IPANEMA.

Existem 19 Bens Tombados provisoriamente pela municipalidade no bairro de Ipanema. A partir de uma solicitação interna, foram realizadas as fichas de inventário desses bens culturais, com proposição de Área de Entorno de Bem Tombado para todos aqueles situados fora dos limites da APAC de Ipanema. Nessa mesma oportunidade, também foi sugerida a alteração de alguns parâmetros para a APAC de Ipanema.

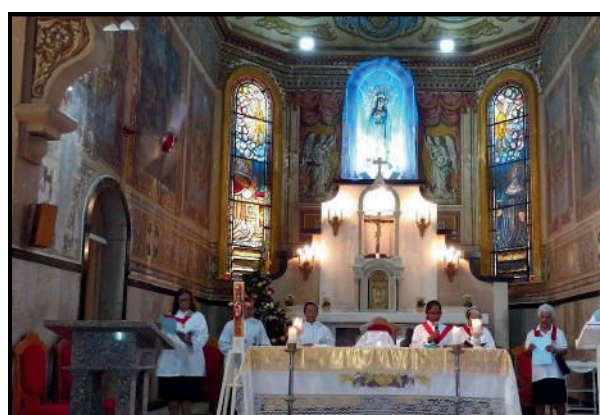
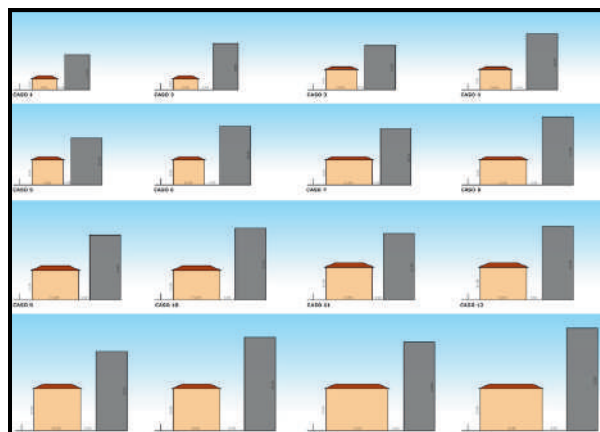
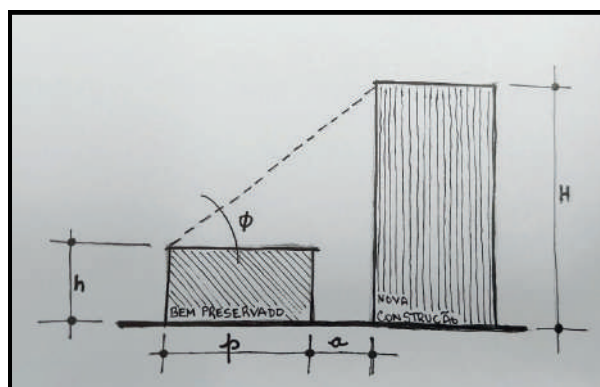
Por ocasião destes inventários, foram feitos estudos volumétricos de parâmetros edilícios para o entorno de bens tombados em Ipanema.

ESTUDO PARA TOMBAMENTO DA IGREJA DE SANTO AGOSTINHO E SÃO JANUÁRIO

Rua São Januário, 201, São Cristóvão
Através do processo SMU-PRO-2023/00892 foram realizados estudos visando a proteção da Igreja de Santo Agostinho e São Januário, no bairro de São Cristóvão.

A Igreja de São Januário e Santo Agostinho é uma paróquia católica histórica localizada no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Fundada em 1934, ela é um ponto de referência espiritual e comunitário na região, situada próxima ao Estádio de São Januário.

Os estudos foram concluídos em 2025 e enviado ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.



ESTUDO PARA INCLUSÃO DE IMÓVEIS EM ÁREAS PROTEGIDAS

APAC Humaitá

Rua Viúva Lacerda, nº 59 e nº 67

SMU-PRO-2023/00653

Estudo concluído e enviado ao CMPC

APAC Cruz Vermelha

Rua do Riachuelo

EIS-PRO-2025/05751

Estudo concluído e enviado ao CMPC

Corredor Cultural

Rua do Ouvidor, diversos

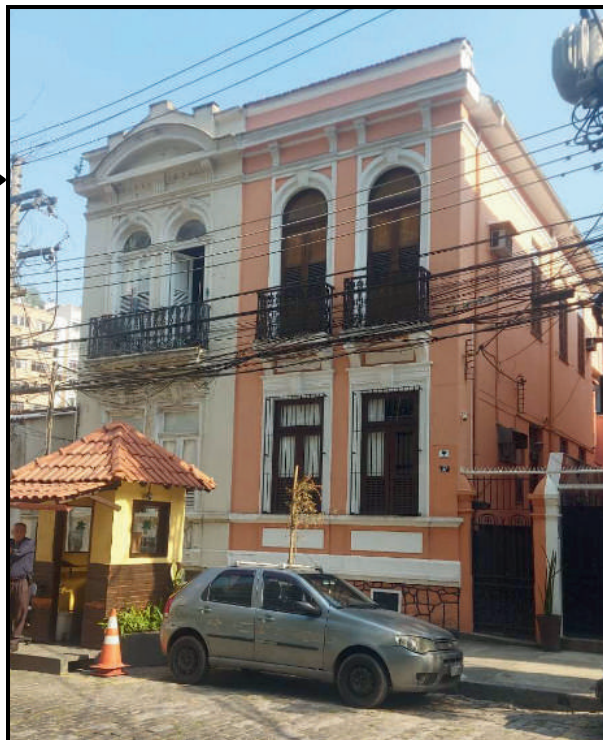
EIS-PRO-2025/04282 e EIS-PRO-2025/05569

Estudo concluído e enviado ao CMPC

AEBT do Ministério da Fazenda

Rua Debret, 23 e Rua México, 90

Estudo concluído e enviado ao CMPC



Licenciamentos e Orientações

EDIFÍCIO MESBLA

Localização: R. do Passeio, 56 - Centro

Grau de proteção: Bem Tombado

Legislação: Decreto nº 18.837 de 3/8/2000 e Decreto nº. 24.682 de 30/9/2004

Novo empreendimento residencial que vai transformar o prédio da antiga Mesbla. A iniciativa faz parte do programa Reviver Centro, que incentiva a revitalização da região com foco em moradia e qualidade de vida.

Como se trata de um bem tombado municipal, o projeto contou com a orientação da equipe do IRPH para garantir que a proposta respeitasse os critérios de preservação e valorização do patrimônio cultural. Foram diversas reuniões técnicas até que o projeto final fosse aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.



MERCADINHO SÃO JOSÉ

Localização: R. do Passeio, 56 - Centro

Grau de proteção: Bem Tombado

Legislação: Decreto nº 7.483 de 14/3/1988 e Lei nº 2.263 de 16/12/1994

A revitalização do antigo Mercado São José, em Laranjeiras, patrimônio tombado da cidade, contou com o acompanhamento do IRPH, garantindo a preservação de suas características originais e o respeito à história do mercado.



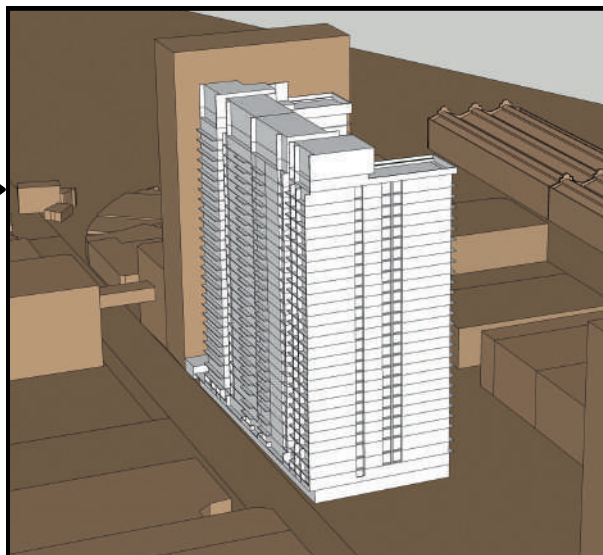
EMPREENDEMENTOS DE GRANDE PORTE NA ÁREA PORTUÁRIA

Localização: Avenida Venezuela, nº 232 a 264 e nº 231 - Saúde.

Grau de proteção: entorno de bem tombado

Legislação:

Em 2025 foram licenciados alguns importantes empreendimentos residenciais de grande porte na Área Portuária (bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo), situados fora dos limites da APAC SAGAS, mas no entorno imediato de diferentes Bens Tombados.



EMPREENDEMENTO RESIDENCIAL NO TERRENO DA ANTIGA FÁBRICA DE VELAS LUZ STEÁRICA

Localização: Rua Benedito Otoni, 19 - São Cristóvão.

Grau de proteção: estudo para tombamento.

Legislação: processo administrativo.

A antiga Fábrica de Velas Luz Steárica, situada em São Cristóvão, foi inaugurada em meados do século XIX. Já com tombamento aprovado pelo CMPC, em 2025, a Cury entrou com projeto de restauração das edificações remanescentes (que inclui um antigo palacete de Zeferino de Oliveira) com construção de três torres residenciais. O projeto foi orientado, analisado e aprovado pelo corpo técnico do IRPH.



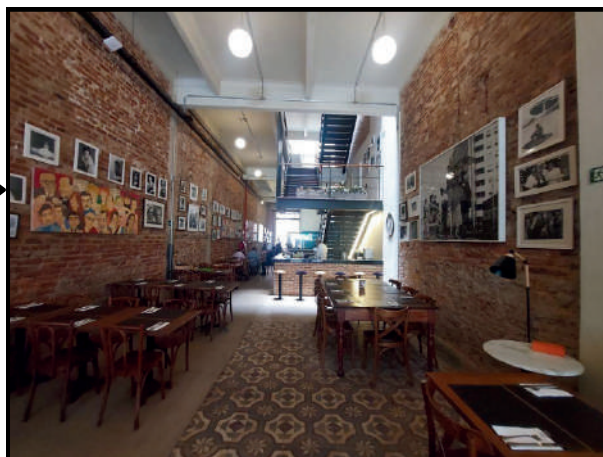
RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DO LAVRADIO N.º 28

Localização: Rua Lavradio, 28, Centro

Grau de proteção: Preservado – APAC Cruz Vermelha.

Legislação: Decreto nº 11883/1992

Obras Concluídas de modificação com acréscimo contemplando alteração de cores da fachada. Recebeu certificado de Adequação.



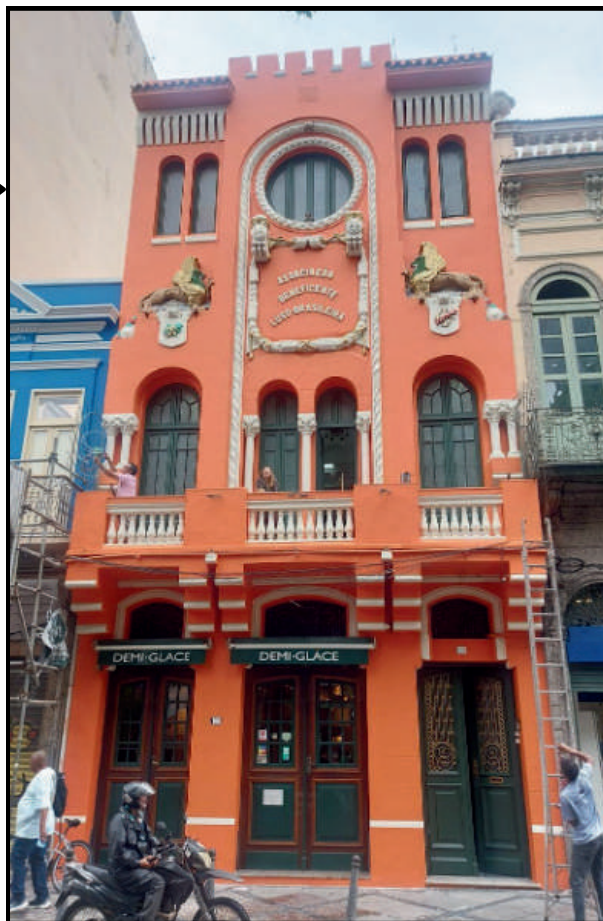
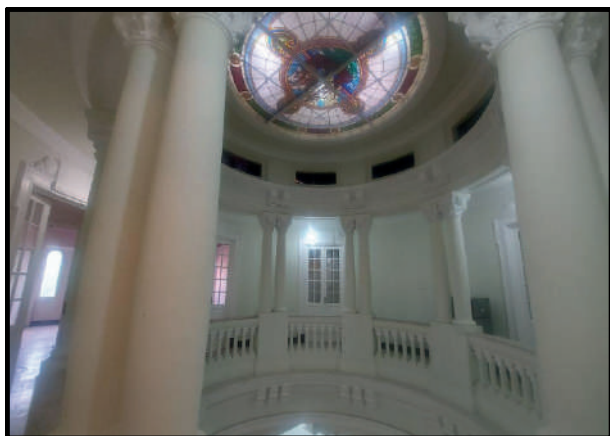
RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DO LAVRADIO N.º 100

Localização: Rua Lavradio, 100, Centro

Grau de proteção: Preservado – APAC Cruz Vermelha.

Legislação: Decreto nº 11883/1992

Projeto preservado do arquiteto Ricardo Buffa, preservado no conjunto da APAC da Cruz Vermelha. Obras concluídas de modificação sem acréscimo com pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.



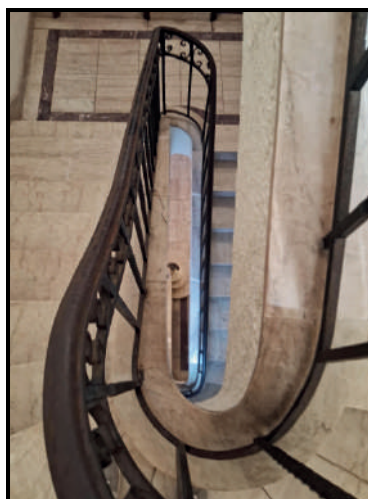
RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA ABADE RAMOS, 47

Localização: Rua Abade Ramos, 47 – Jardim Botânico

Grau de proteção: Preservado – APAC Jardim Botânico

Legislação: Decreto nº 20939/2001

O imóvel apresenta uso residencial multifamiliar e as obras de reforma licenciadas em 2023 visaram melhoria do estado de conservação, tendo sido concluídas no início de 2025. A reforma realizada manteve as características da edificação preservada, tendo sido cumpridas as exigências do Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, concedido em março de 2025.



RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL NA RUA ALBERTO DE CAMPOS, 84

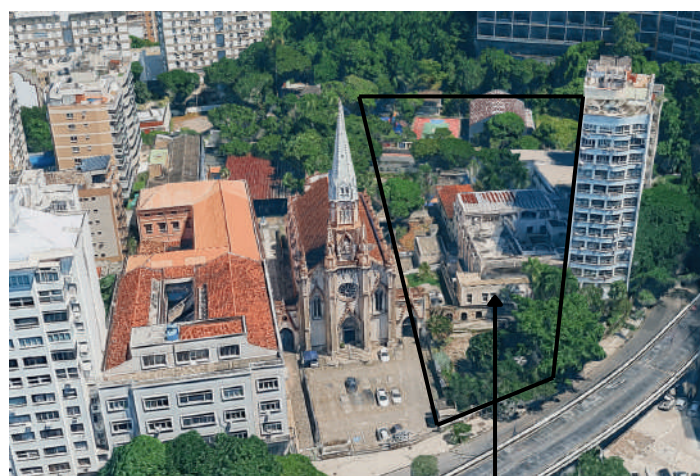
Localização: Rua Alberto de Campos, 84 - Ipanema.

Grau de proteção: Preservado – APAC Ipanema

Legislação: Decreto nº 11883/1992

O projeto na Rua Alberto de Campos n.º 84, inserido na APAC de Ipanema, compreende a restauração de uma residência preservada e a construção de nova edificação multifamiliar nos fundos do lote. A intervenção foca no restabelecimento da volumetria original do imóvel, com a remoção de acréscimos e edículas descaracterizadores acumulados ao longo do tempo.

As ações de restauro incluem a recuperação de esquadrias de madeira, telhado, cimalhas e texturas originais. Nas fachadas laterais e de fundos, propõe-se a reversão de fenestrações indevidas e o uso de fechamentos em vidro sem caixilhos para marcar intervenções mínimas. O projeto utiliza uma "parede verde" e pergolados como zona de transição e filtro visual entre o bem preservado e o novo volume. O fechamento frontal será substituído por gradil e vidro para valorizar a visibilidade da fachada histórica.



LICENCIAMENTO DE EDIFÍCIO JUNTO A BEM TOMBADO NA APAC DE BOTAFOGO

Localização: Praia de Botafogo 260

Grau de proteção: Tutelado – APAC Botafogo
Entorno de Bem Tombado

Legislação: Decreto nº 22.221/2002; e Decreto nº 6.934 de 9/9/1987; e

O Empreendimento residencial se insere na APAC de Botafogo, junto à Igreja da Imaculada Conceição (BTM), em frente ao Viaduto Santiago Dantas (BTM).



RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL NA RUA RUA PRUDENTE DE MORAES 1356

Localização: Rua Prudente de Moraes 1356
Grau de proteção: Preservado – APAC Ipanema
Legislação: Decreto nº 11883/1992

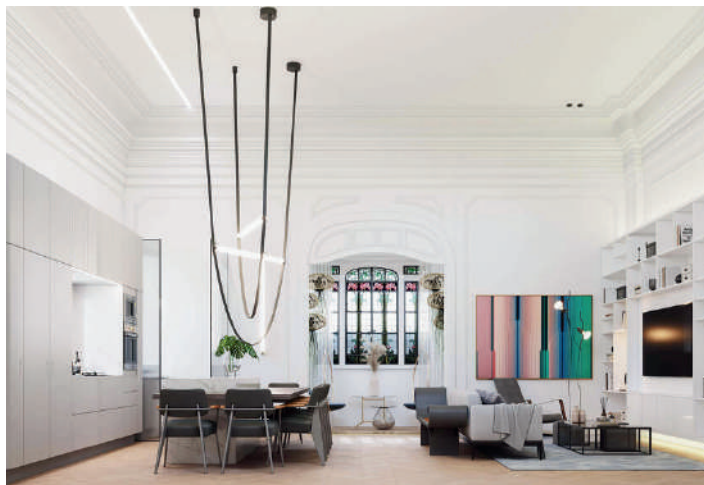
Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, ou simplesmente Pontes de Miranda, viveu por 50 anos neste imóvel, que foi tombado com a criação da APAC de Ipanema, no ano de 2003. Conhecida como a "Casa de Pedra", uma das últimas remanescentes no bairro, abrigou uma fabulosa biblioteca do jurista, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras, também dedicado a tantas outras profissões. O empreendimento tem como escopo a restauração da residência, desdobrando-a em unidades habitacionais, bem como a construção de um edifício de apartamentos aos fundos.



RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL NA RUA RUA DONA MARIANA 84

Localização: Rua Dona Mariana 84
Grau de proteção: Preservado – APAC Botafogo
Legislação: Decreto nº 22.221/2002

O empreendimento tem como escopo a restauração da residência, transformada em hall de acesso e área comum do condomínio, bem como a construção de um edifício de apartamentos aos fundos.



OUTROS PROJETOS E OBRAS EM BENS PROTEGIDOS PRIVADOS

- **Rua do Senado, 166 - Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Decreto de nº 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.
- **Rua Riachuelo, 213, Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.
- **Rua Senador Pompeu, 40 e 42 - Centro.** Preservado - Lei nº 971/87 - Decreto nº 7351/88 - APAC SAGAS. As obras no imóvel estão em andamento para a obtenção do Certificado de Adequação. O vão para entrada de veículos ainda existe, mas recebeu novo desenho e acabamento.
- **Rua Lavradio, 22, Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.
- **Rua Lavradio, 18-20, Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.
- **Rua do Senado, 232, Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação.



- **Rua Carlos de Carvalho, 45 - Centro** Preservado - APAC Cruz Vermelha - Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de pintura de fachada, manutenção conservativa interior. Recebeu Certificado de Adequação



- **Rua Carlos Sampaio, 47 - Centro.** Preservado - APAC Cruz Vermelha. Dec. 11883/1992. Obras Concluídas de modificação sem acréscimo com recuperação de fachada, interior e claraboia. Recebeu Certificado de Adequação

- **Avenida Marechal Floriano, 123 - Centro** Preservado - Lei nº 971/87 – Decreto nº 7351/88 – APAC SAGAS. As obras no imóvel foram concluídas e este recebeu o Certificado de Adequação.



- **Beco do Bragança, 26, Centro.** Preservado – APAC do entorno do Mosteiro de São Bento - Decreto de nº 24.420/04. Obras Concluídas de modificação sem acréscimo com recuperação de fachada, interior e claraboia. Recebeu Certificado de Adequação.

- **Rua Alexandre Mackenzie, 111, 113 - Centro.** Preservado - Lei nº 971/87 – Decreto nº 7351/88 – APAC SAGAS. As obras no imóvel foram concluídas e este recebeu o Certificado de Adequação.

- **Rua Araxá, 50, Grajaú.** Preservado - APAC Grajaú - Decreto de nº 39.102/2014. Obras Concluídas -modificação em edificação de 2 pavimentos e, edícula de 01 pavimento, com transformação de uso residencial unifamiliar para multifamiliar totalizando 15 unidades residenciais. Recebeu Certificado de Adequação.



• Rua da Alfândega, 304 - Centro.

Preservado – Leis 1139/1987 e 506/1984 – Corredor Cultural. As obras no imóvel foram concluídas e aceitas. O Certificado de Adequação foi emitido para se obter a isenção de IPTU.

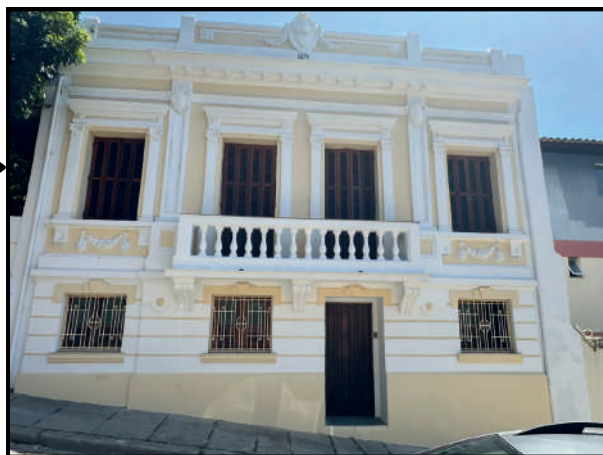


• Rua Monte Alegre, 12 – Santa Teresa

Preservado – LC 270/2024 e Lei 495/1984 – APAC Santa Teresa. A reforma do imóvel foi concluída e aceita, com destaque para a recuperação das fachadas da edificação. O Certificado de Adequação foi emitido para obter a isenção de IPTU.

• Rua Áurea, 36 - Santa Teresa.

Preservado – LC 270/2024 e Lei 495/1984 – APAC Santa Teresa. As intervenções foram concluídas e aceitas. O Certificado de Adequação foi emitido para obter a isenção de IPTU.



• Rua Áurea, 80 – Santa Teresa.

Preservado – LC 270/2024 e Lei 495/1984 – APAC Santa Teresa. As obras foram concluídas e aceitas. O Certificado de Adequação foi emitido para obter a isenção de IPTU.

• Travessa Pinto da Rocha, 22 - Laranjeiras.

Preservado - Dec. 20611/2001 complementado pelo Dec. 28225/2007 – APAC de Laranjeiras. A reforma contemplou as exigências contidas no Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, que foi emitido em outubro de 2025.



• Praça São Salvador, 5 – Laranjeiras.

Preservado e BTE - Dec. 20611/2001 complementado pelo Decreto 28225/2007 - APAC de Laranjeiras. A reforma contemplou as exigências contidas no Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, concedido em novembro de 2025.

- **Rua Visconde de Pirajá, 616 - Ipanema.**

Preservado - Dec. 23161/2003 modificado 28224/2007, APAC de Ipanema. As obras de modificação interna e reforma 2023 visaram adequar edificação ao novo uso, além da melhoria do estado de conservação, tendo sido concluídas no final de 2025. A reforma realizada cumpriu as exigências do Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, concedido em dezembro de 2025.



- **Rua Maria Angélica, 678 - Jardim Botânico**

- Preservado - Dec. nº 20939/2001, APAC do Jardim Botânico. A reforma executada contemplou todas as exigências contidas no Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, concedido em dezembro de 2025.



- **Rua Silveira Martins, 167- Catete.**

Preservado Dec. 25693/2005 - APAC do Catete. As obras visavam otimização do estado de conservação e manutenção das características arquitetônicas da edificação preservada. A reforma contemplou as exigências contidas no Laudo de Aptidão para obtenção do Certificado de Adequação, que foi emitido em outubro de 2025.



- **Rua Cosme Velho, 120 - Cosme Velho -**

Preservado. Lei Municipal 1784/1991. APAC do Cosme Velho. As intervenções para melhoria do estado de conservação e manutenção das características arquitetônicas externas da edificação preservada foram concluídas. Em conjunto com outras intervenções, tanto na cobertura quanto nos ambientes internos, o imóvel busca o benefício da isenção de IPTU, que se encontra atualmente em análise.

Centro Carioca de Patrimônio e Design

Centro Carioca de Patrimônio e Design foi criado na estrutura municipal em 2009, e abriu suas portas ao público em 30 de março de 2010. Em 2020, a casa foi fechada ao público em função da pandemia de Covid-19. Localizado na Praça Tiradentes, no 48, no sobrado conhecido como Casa de Bidu Sayão, o CCD permaneceu fechado durante o ano de 2023, sendo devolvido à prefeitura em 2024.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- Pesquisa e elaboração do Jogo de Cartas “Tombo”.
- Participação e divulgação do Circuito Carioca de Frescobol, na praia de Ipanema, nos dias 06/06, 07/06 e 08/06.
- Promoção e divulgação do conteúdo relacionado ao Patrimônio Cultural Carioca nas redes sociais do IRPH. Ao longo do ano, foram 118 posts e o perfil atingiu mais de 12.000 seguidores.
- Organização de Evento do Dia do Patrimônio Cultural (22 de agosto).
- Apoio técnico nas atualizações do site do IRPH.



- Participação na elaboração e produção do 12º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial, parceria com a SMDU, SMT, RIOTUR, UNESCO, IPHAN, EMBRATUR e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM).
- Série de postagens de vídeos sobre os edifícios modernistas da Avenida Chile.
- Realização do Concurso Olhos de Ver com o tema: Portas e Janelas.
- Curadoria e produção da exposição virtual do Concurso Olhos de Ver 2025.
- Curadoria e produção da exposição física do Concurso Olhos de Ver 2025.
- Participação da Mesa “Jogos e Educação Patrimonial” na comemoração do Mês do Patrimônio promovido pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.
- Palestra sobre “Centenário do Art Déco e sua influência no Rio de Janeiro” no espaço Cultural Urbana Carioca.
- Criação de apostila sobre a história do Art Déco, disponibilizada no site do IRPH.
- Produção de vídeo sobre projeto de restauração de imóvel tombado na Rua do Bispo.



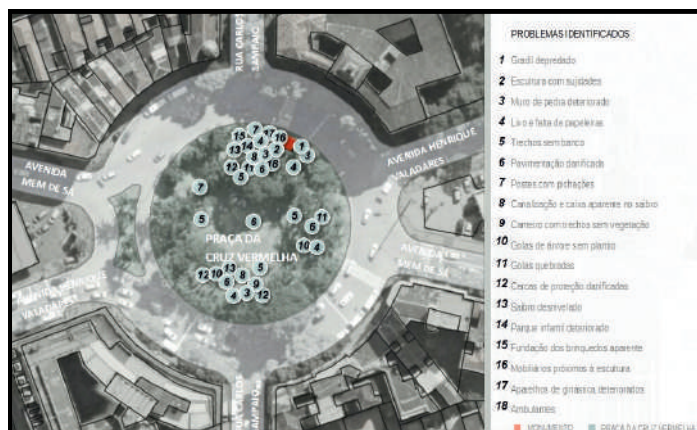
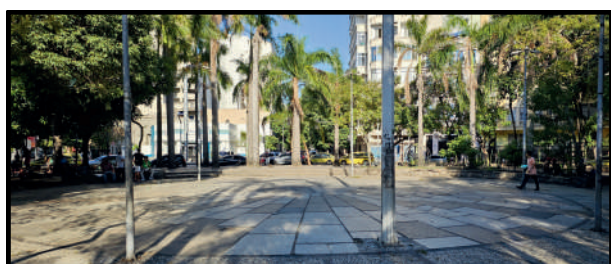
Projetos Especiais

O monumento Anna Nery e a Requalificação da Praça Cruz Vermelha

A proposta para a Praça Cruz Vermelha, onde se encontra o Monumento Anna Nery, foi elaborada pela GPEU visando a melhoria do espaço da praça através da interlocução de ações com órgãos da Prefeitura, considerando o mapeamento realizado no local, indicando as principais demandas, tais como: ações de reordenamento, recuperação dos equipamentos, mobiliários urbanos e do monumento.

Atualmente cercado por grades, o monumento foi erguido e instalado pelas sociedades da Cruz Vermelha das Américas no ano de 1956, em frente ao Hospital da Cruz Vermelha, bem tombado municipal.

A obra, o hospital e a praça estão intrinsecamente relacionados nesta ambiência relevante da Apac da Cruz Vermelha. O monumento faz parte do acervo de obras de arte em exposição no espaço público, acessível a toda população. A escultura rememora o papel de Anna Nery e sua contribuição para a Cruz Vermelha, fortalecendo os vínculos da sociedade com esta mulher de extrema importância no seu tempo, que rompeu barreiras em prol do bem comum.



Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca

A cidade do Rio de Janeiro possui um diferenciado acervo de bens culturais. Devido à sua posição de irradiadora de cultura, aqui ocorreram diversos fatos significativos para nossa história cultural. É sobre este âmbito que atua o projeto Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca.

Através da fixação de placas informativas, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, produz na cidade novos documentos monumentos, reescrevendo o significado de locais, homenageando personalidades e contando fatos históricos e curiosos da nossa cidade, divulgando e promovendo aspectos culturais e estabelecendo uma nova relação entre eles e os habitantes. Em sua maioria, as placas são organizadas em circuitos (temas), como por exemplo: samba, bossa nova, botequins, águas, liberdade, art-déco e muitos outros que destacam tais personagens, lugares e acontecimentos notáveis que o IRPH seleciona, com a participação da sociedade, e afixa as placas em locais de destaque.

Em 2025, foi instalada 1 placa:

Carlos Seidl

Placa em homenagem ao médico sanitarista instalada no local onde morou.
Rua Professor Gabizo, nº 43, Tijuca

Adegão Português

Inaugurado em 1964 por quatro amigos, todos imigrantes espanhóis, logo se tornou um ícone do bairro imperial de São Cristóvão. Desde então, é uma referência em culinária lusitana na cidade do Rio de Janeiro, onde o bacalhau tem sempre papel de destaque.
Campo de São Cristóvão, 212.

Majórica

Fundada em 1961 pelos irmãos Francisco e Bartolomeu Bou, imigrantes espanhóis, o nome da churrascaria faz referência e homenageia a ilha de Mallorca, na Espanha. Desde então, tornou-se referência pela excelência das carnes e pelo ambiente tradicional, consolidando-se como ícone da gastronomia carioca.

Rua Senador Vergueiro, 11 e 15.

Casa Clipper

Fundada em 1945 por imigrantes portugueses, a casa se tornou um dos pontos tradicionais do Leblon. É reconhecida pelo chope bem tirado, pelo famoso sanduíche de pernil e por ser reduto da "Charanga do Flamengo" em dias de comemoração.

Rua Carlos Góis, 263 - Loja A.

Restaurante Shirley

Fundado em 1954 por imigrantes espanhóis, o Restaurante Shirley é referência em frutos do mar na cidade do Rio de Janeiro. Seu nome foi dado por uma de suas fundadoras em homenagem à atriz estadunidense Shirley Temple.

Rua Gustavo Sampaio, 610.



Publicações

4 ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA CIDADE INOVA

LABORATÓRIO ABERTO DE ARQUEOLOGIA URBANA (LAAU)

Autor: Fabrício Iorio Rezende; Março 2025.

O artigo trata da criação e consolidação do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), estruturado a partir dos achados da Fase 1 do Programa de Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, que resultaram em um acervo com mais de um milhão de itens, posteriormente ampliado com materiais de outras pesquisas na cidade. Instalado definitivamente em 2025 no edifício Docas de André Rebouças, o LAAU desenvolve ações de guarda, pesquisa e socialização do patrimônio arqueológico, promovendo exposições e o compartilhamento de seus laboratórios com pesquisadores e visitantes, conforme o conceito de “laboratório aberto”.

OS VITRAIS DA CATEDRAL METROPOLITANA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

Autor: Helder Viana; Junho 2025.

O artigo trata da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, inaugurada em 1976, destacando sua arquitetura singular em forma de tronco de cone e os quatro monumentais vitrais trapezoidais que estruturam simbolicamente o espaço interno a partir das características “Una”, “Santa”, “Católica” e “Apostólica”. O texto também apresenta a trajetória do artista alemão Lorenz Heilmair, responsável pela concepção e execução dos vitrais, enfatizando o processo de fabricação dos vidros no Brasil e o papel da empresa Arte Sul na consolidação de uma tradição nacional na arte vitral.

A FUNÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Autor: Laura Di Blasi; Setembro 2025.

O artigo trata da função social do patrimônio cultural, defendendo que sua proteção ultrapassa a preservação material e envolve a salvaguarda dos significados, memórias e identidades que conectam as pessoas à sua história coletiva. O texto argumenta que o patrimônio deve permanecer ativo na vida social, cumprindo papéis educativos, culturais e econômicos, de modo a fortalecer o pertencimento, valorizar a diversidade e contribuir para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A EXPOSIÇÃO “CARTOGRAFIAS DO COTIDIANO”

Autores: Matheus Simões e Helena Jensen; Dezembro 2025.

O artigo apresenta a “Exposição Cartografias do Cotidiano”, que convida o público a olhar a região portuária através de peças selecionadas do Acervo do LAAU e recriação do artista Getúlio Damado retratando a região da Pequena África.



Participações Especiais

Em 2025, a presidente do IRPH, Laura Di Blasi, teve participação em 6 eventos relevantes tratando de questões afetas ao Patrimônio Cultural:

1. Rio Construção Summit 2025

Reocupação de Centros Urbanos Degradados

2. FAU80-200

Como AUs podem atuar no planejamento e na gestão das cidades.

3. Normas de Conservação para Bens Tombados em Contextos Urbanos

Gestão Compartilhada de Bens Tombados

4. IX Seminário de Arquitetura, Urbanismo e Turismo

Paisagem Carioca - Bem Tombado

5. Soma Day Rio de Janeiro

Retrofit

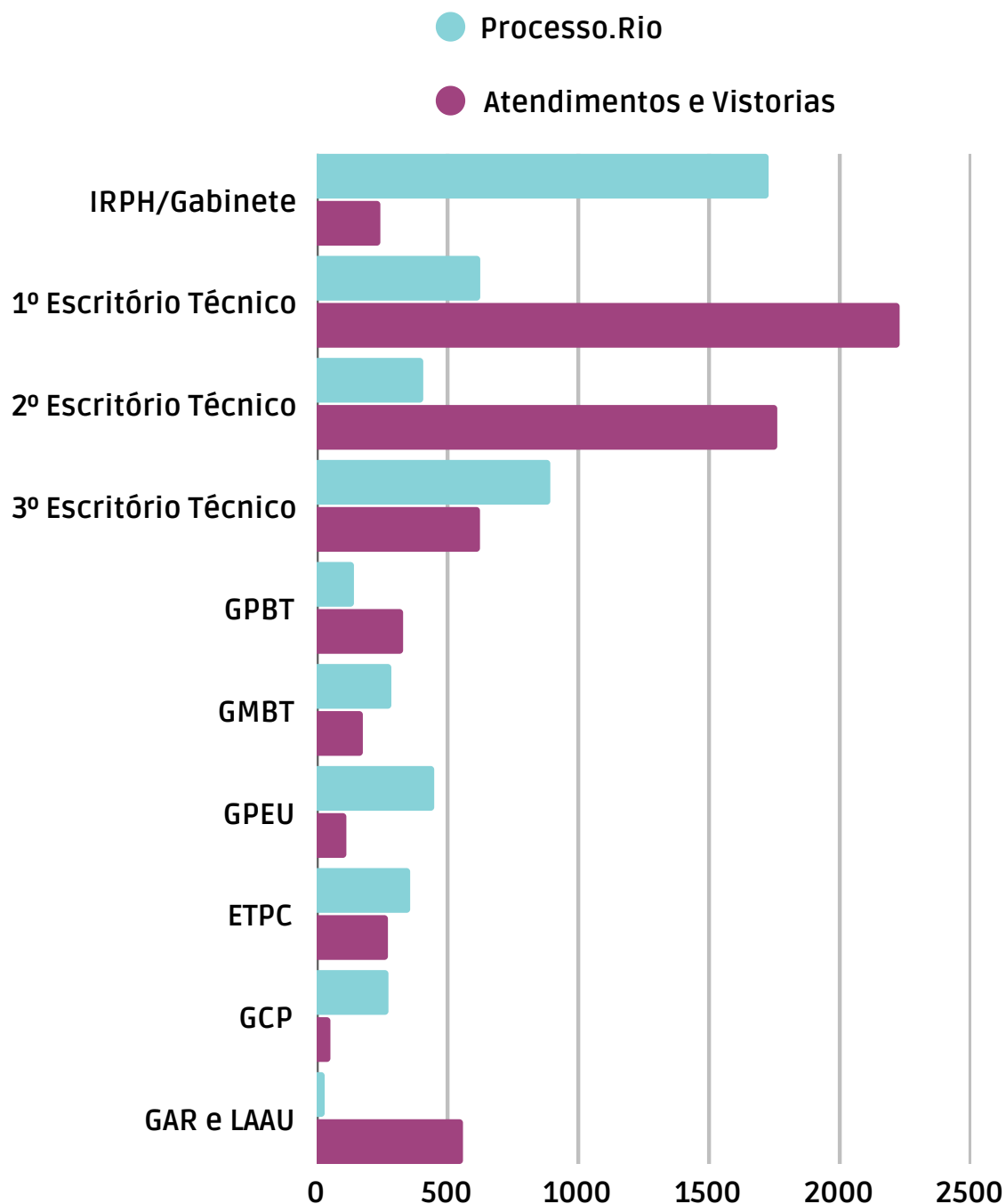
6. XII Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial

Patrimônios Mundiais.
Desafios e Oportunidades para o Turismo Sustentável



IRPH em números

NÚMEROS DO IRPH EM 2025



* ETPC = Escritório Técnico da Paisagem Cultural

* GPEU = Gerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos

* GPBT = Gerência de Projetos em Bens Tombados

* GMBT = Gerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados

* GAR e LAAU = Gerência de Arqueologia e Laboratório Aberto de Arqueologia Urbano



PATRIMÔNIO CULTURAL
CARIOCA